



Organização
Pan-Americana
da Saúde



Organização
Mundial da Saúde
ESCRITÓRIO REGIONAL PARA AS Américas

54° CONSELHO DIRETOR

67ª SESSÃO DO COMITÊ REGIONAL DA OMS PARA AS AMÉRICAS

Washington, D.C., EUA, 28 de setembro a 2 de outubro de 2015

CD54/DIV/5
Original: espanhol

**PALAVRAS DE ABERTURA DO SR. LUIS ALMAGRO LEMES
SECRETÁRIO GERAL DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS**

**PALAVRAS DE ABERTURA DO SR. LUIS ALMAGRO LEMES
SECRETÁRIO GERAL DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS**

**28 de setembro de 2015
Washington, D.C.**

**54º Conselho Diretor da OPAS
67ª Sessão do Comitê Regional da OMS para as Américas**

É sempre uma enorme satisfação fazer uma visita à Dra. Carissa Etienne e, hoje especialmente, ter esta oportunidade de reunir-me com todos os senhores. De acordo com o lema que adotamos para os próximos cinco anos, “Mais direitos para mais pessoas”, a saúde e o bem-estar de nossas populações são centrais à agenda de direitos e igualdade. O acesso à saúde é um direito fundamental e juntos devemos tornar realidade seu gozo em nosso hemisfério. Autoridades das Américas, amigos e amigas, o gozo do grau máximo de saúde que se possa alcançar é um dos direitos fundamentais de todo ser humano.

A separação das pessoas entre os que têm oportunidade de acesso aos serviços de saúde e os que não têm – separação esta determinada pela renda – é uma desigualdade inaceitável. A saúde é uma condição necessária para a inclusão e a coesão social, assim como o crescimento econômico em que a prosperidade é compartilhada por toda a sociedade. Nosso desafio é como levar esta enunciação de direitos à prática. Aqui em nossa Região, 27% da população não tem acesso regular a serviços de saúde e 46% não tem um seguro de saúde integral. Isso representa um enorme custo econômico, social e humano, não só para quem não dispõe dos serviços de saúde, como também para a sociedade em seu conjunto.

O seguro universal não significa progresso do ponto de vista do indivíduo que tem acesso aos serviços de saúde, mas é um modelo mais custo eficiente para a sociedade como um todo. Por isso é essencial dialogar e alcançar acordos relacionados aos principais desafios em saúde enfrentados por nossa Região. Nesse sentido, a OEA e a OPAS empreenderam ações concretas junto aos Estados Membros para melhorar as políticas públicas e as capacidades das instituições nacionais, a fim de proporcionar melhores serviços aos cidadãos e cidadãs do hemisfério.

Essa colaboração estendeu-se por temas que vão desde o abuso das drogas, a tecnologia da informação e a comunicação para o melhoramento da saúde e do bem-estar da infância, até os determinantes sociais da saúde, entre outros. Além disso, com a recente aprovação do Plano de Ação da Carta Social das Américas, que os senhores conhecem, faz-se crucial que as duas organizações continuem aprofundando esses laços de colaboração permanente nos temas críticos enfrentados pelo hemisfério.

A coordenação de nossas ações há de permitir que avancemos, por exemplo, em uma cobertura universal de saúde no âmbito da Rede Interamericana de Previdência Social. Como já é sabido, a OPAS e o Banco Mundial têm trabalhado conjuntamente nesse tema, e colocamos à disposição nossos conhecimentos e experiência para que essa seja uma colaboração conjunta também entre a OPAS e a OEA.

A atenção à mulher deve ser central em nossas agendas. A desigualdade aflige de maneira especialmente forte a mulher: são as mais pobres, as desempregadas e as de salários mais baixos que mais morrem no continente por não ter acesso a atendimento de saúde e por não poder exercer o direito de acesso ao atendimento da saúde pública. Essa é uma questão de direitos humanos, e como se trata de direitos, requer ação e requer uma resposta firme imediata. Devemos também trabalhar juntos na agenda do meio ambiente. Sem uma linha de base para os temas da saúde, nunca poderemos medir adequadamente os impactos de como afetamos o ar, a água e o solo, e de como isso afeta a nós mesmos. A política ambiental, a saúde e os direitos humanos só podem caminhar juntos no sentido da solução para essas questões.

Façamos das Américas o terreno para a implementação conjunta deste triplo enfoque. A cada ano, cerca de 4,5 milhões de pessoas morrem por causa de doenças não transmissíveis em nossa Região, sendo o tabagismo um dos principais riscos. Nenhum direito de mercado pode estar em cima de um direito de ordem pública como a saúde. Por isso foi constituído o grupo de trabalho interamericano sobre as doenças não transmissíveis. Além disso, neste hemisfério, onde as pessoas de 60 anos ou mais representam 14% do total da população, gostaria de ressaltar a colaboração próxima da OPAS e da OEA para fazer avançar a proteção dos direitos dos idosos, sobretudo após a adoção recente da Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos dos Idosos. Esse marco regulatório pioneiro na matéria nos oferece uma excelente oportunidade de continuar nossas ações em comum.

“Mais direitos para mais pessoas” é muito mais que um *slogan*, pois encerra uma resposta à realidade de desigualdade em nosso hemisfério. Significa proporcionar aos cidadãos o acesso ao exercício real dos direitos que, como a saúde, não devem estar apenas no papel, mas devem ser desfrutados por todos.

Muito obrigado.

- - -